

**ROMBO BILIONÁRIO /** Gutierrez tinha sido detido na sexta-feira, na Espanha, após PF deflagrar operação contra fraudes contábeis estimadas em R\$ 25 bilhões

# Ex-CEO das Americanas é solto após um dia preso

» RENATO SOUZA

Reprodução

**A** Justiça da Espanha colocou em liberdade, ontem, o ex-CEO das Lojas Americanas Miguel Gutierrez. Ele tinha sido preso na Espanha, na sexta-feira, após ser alvo de uma operação da Polícia Federal, no Brasil. A decisão de revogar a prisão ocorreu após o executivo passar por audiência de custódia em Madri. Gutierrez tem cidadania espanhola e, por conta disso, não foi deportado.

Os advogados publicaram uma nota, em que chamam as acusações contra o ex-CEO de "mentirosas". "A defesa de Miguel Gutierrez informa que o executivo se encontra em sua residência em Madri, na Espanha, no mesmo endereço comunicado desde 2023 às autoridades espanholas e brasileiras, onde sempre esteve à disposição dos diversos órgãos interessados nas investigações em curso", destaca o texto.

A defesa afirma também que o cliente compareceu espontaneamente ao Judiciário do país europeu e nega as acusações contra ele. "Reitera ainda que Miguel jamais participou ou teve conhecimento de qualquer fraude e que vem colaborando com as autoridades, prestando os esclarecimentos devidos nos foros próprios, manifestando uma vez mais sua absoluta confiança nas autoridades brasileiras e internacionais", disse.

Gutierrez teve um mandado de prisão preventiva expedido contra ele, mas não havia sido localizado em território nacional para ser conduzido ao sistema prisional. A partir daí, o nome dele foi incluído na lista vermelha de difusão da Polícia Internacional (Interpol). O ex-executivo é acusado de se envolver em fraudes fiscais com o objetivo de obter lucro, superfaturando ações do grupo em que atuou.

As diligências apontam que as fraudes fiscais nas Americanas chegaram a R\$ 25 bilhões. O objetivo foi maquiar o caixa da empresa, apontando faturamento que não existia, para disfarçar as perdas fiscais e lucrar com o ganho de ações da empresa no mercado financeiro.

As investigações indicam que Gutierrez pedia que balanços financeiros fraudados fossem enviados a ele por pen drives para dificultar o rastreamento. Além disso, ao deixar a empresa, teria enviado parte de seus recursos para paraísos fiscais, por supostamente saber que o escândalo



De cidadania espanhola, ex-executivo terá de ficar em Madri, onde mora, e entregar passaporte

iria estourar e gerar perdas para o grupo o qual comandou. Os investigadores dizem ainda que ele montou um "engenhoso esquema societário".

## Paraísos fiscais

Avaliação do fluxo financeiro apontou que o ex-CEO enviou dinheiro para contas criadas em paraísos fiscais, ou seja, em regiões do exterior onde a fiscalização encontra maior dificuldade para atuar. Gutierrez é brasileiro, mas tem dupla cidadania, sendo também cidadão espanhol. O fato de ser cidadão do país europeu dificulta a extradição, ou seja, o envio dele para responder perante a Justiça brasileira. No entanto, mesmo com a possibilidade remota de extradição, a Polícia Federal vai acionar o Ministério da Justiça para realizar o pedido.

Gutierrez assumiu a presidência das Americanas 10 anos após entrar na empresa e obter a confiança dos bilionários que

## Perfil discreto

O acusado se formou em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e começou a carreira nas Americanas em 1993. Na ocasião, a empresa ainda estava sob a gestão de Carlos Alberto Sicupira, um dos acionistas. Sicupira era referência no grupo, ao lado dos bilionários Jorge Paulo Lemann e Marcel Herrmann Telles. Informações obtidas pela reportagem apontam que os bilionários que estão à frente do grupo não foram alvos de medidas determinadas pela Justiça, mas estão na mira das autoridades.

Gutierrez assumiu a presidência das Americanas 10 anos após entrar na empresa e obter a confiança dos bilionários que

estavam no comando. Ele era especialista no corte de custos de operações. Pouco visto em eventos e nas lojas da companhia, deixou o comando da empresa em 2022, pois, de acordo com as investigações, já sabia dos problemas financeiros das Americanas, ainda desconhecidos pelos órgãos de fiscalização e pelo mercado.

No ano passado, a empresa informou "inconsistências fiscais" que deixavam um rombo de R\$ 20 bilhões. Posteriormente, o montante do prejuízo foi ampliado para R\$ 43 bilhões. São apurados os crimes de insider trading (informação privilegiada), associação criminosa e lavagem de dinheiro. Foi montada uma força-tarefa envolvendo o Ministério Público Federal (MPF) e representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para avaliar o caso.

# Ex-diretora deve se entregar em Lisboa

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Anna Saicali durante depoimento à CPI na Câmara em setembro

Investigada por suposto envolvimento em fraudes contábeis de R\$ 25,3 bilhões na Americanas, a ex-diretora da varejista Anna Christina Ramos Saicali deve se apresentar às autoridades portuguesas hoje, no Aeroporto de Lisboa, e retornar ao Brasil.

As informações constam de despacho do juiz Márcio Muniz da Silva Carvalho, da 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, que substituiu a ordem de prisão preventiva de Saicali por uma medida cautelar após a defesa da ex-diretora dizer que ela se comprometeu a retornar ao Brasil.

Para substituir a prisão preventiva pela ordem de proibição de deixar o Brasil, o magistrado estabeleceu duas condições: a entrega da ex-diretora às autoridades portuguesas; e a entrega de seu passaporte quando ela desembarcar no país. O despacho foi assinado na noite desta sexta.

"Anna Saicali deve apenas se apresentar às autoridades portuguesas no aeroporto de Lisboa, sem ser detida, nem algemada, nem passar por qualquer tipo de constrangimento ou vexame, sendo apenas acompanhada pelas autoridades policiais até o seu embarque no voo de volta ao Brasil, e recebida

foi realizada em 26 de junho, dia seguinte à decretação da prisão preventiva da ex-diretora da Americanas, sem que os advogados da empresária explicassem a mudança na data do retorno ao Brasil (inicialmente previsto para o próprio dia 26).

Assim, o juiz seguiu uma sugestão 'consensual' feita pela Polícia Federal, que, em sua avaliação, "atende ao mesmo tempo aos anseios da investigada e à boa administração da Justiça".

Assim que Anna Saicali se apresentar no aeroporto de Lisboa, a PF deverá comunicar a Justiça Federal no Rio, que vai excluir a ordem de prisão da ex-diretora da Americanas no Banco Nacional de Mandados de Prisão e comunicar a revogação do mandado à Interpol, vez que o nome da empresária foi incluído na lista de difusão vermelha da organização.

A defesa de Saicali ainda tem de apresentar ao juiz o comprovante de compra de passagem de retorno ao Brasil, com data deste domingo, para que a chefia da Interpol possa disponibilizar uma equipe para aguardar a chegada da investigada no aeroporto até quatro horas antes do horário de partida.

pelas autoridades policiais brasileiras, às quais deverá entregar seu passaporte conforme requerido pelo Ministério Pùblico Federal, submetendo-se apenas à medida cautelar de proibição de ausentar-se do país", anotou o juiz.

A defesa informou à Justiça que Anna tinha um voo marcado para o Brasil no dia 5 de julho. Segundo Carvalho, a reserva

**Brasil S/A**  
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## Com calma e expertise

No baticumbum da política nacional, todo mundo fala, todo mundo grita e... todo mundo tem razão e ninguém se põe de acordo. Assim é aqui. E é, sobretudo, no mundo das redes sociais, onde, impulsionados por algoritmos programados para prender a atenção de incautos para gerar tráfego que remunera as plataformas, bilhões de palpitadores defendem obviedades para o que pouco sabem, e quem deveria saber ou não sabe ou põe fogo no parquinho digital.

Ao menos está se discutindo, o que é bom. Discussões em geral dão chance às soluções, sobretudo as interditadas por lobbies diversos representados no Congresso. Do projeto de lei para embargos ainda mais as exceções permitidas para o aborto ao inchaço das taxas de juros, tudo está em debate. Duvidoso é que as discussões ajudem a formar consensos para questões que vêm de longe, como a dos juros.

A do aborto já começou a refluir, tamanha a reação contrária, mas serviu para expor as divisões entre as bancadas do fundamentalismo e as dos partidos de centro-direita, majoritárias no Congresso. É menos certo que a polêmica dos juros tenha um desfecho produtivo.

O tema é permanente, tão antigo quanto o mistério sobre se Capitu traíu Bentinho como relatado por Machado de Assis em *Dom Casmurro*. É como um desafio aos formuladores da reforma monetária de 1994 de que algo ficou inacabado e reclama providência intelectual, não de retórica. Questões sobre dinheiro não se resolvem no berro.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reintroduziu o assunto, reclamando com razão de o Banco Central interromper o ciclo de desengorda da taxa de juro básica da economia, Selic, no nível de 10,50%, com a inflação que a orienta avançando 4,06% em 12 meses até junho ou 3,50% 12 meses à frente, conforme o último boletim Focus. Isso implica taxa real, abatendo a inflação, de 6,2% a 6,8%, um despropósito.

Duvidosa é a expectativa manifestada pelo chefe do Executivo na sexta-feira de que "isso vai melhorar" quando ele puder indicar o presidente do BC. Roberto Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro e aprovado pelo Senado em 2019, é o presidente até fim do ano. O otimismo de Lula tem gerado críticas dos que ele nomeou como "cretinos".

## Onde comece o juro sideral

A liturgia da autarquia é regida em lei, de forma que algo muito diferente do que está em curso ou exigirá reformas profundas mais de âmbito fiscal do que monetário ou sugere uma diretoria submissa a designios políticos, o oposto do fundamento da autonomia a que desfruta, por voto do Congresso, para resistir a qualquer pressão.

Lula sabe que o BC segue diretrizes definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), liderado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A autonomia do BC existe para cumprir a missão recebida do governo, via CMN, sem interferências alheias, como do mercado e dos políticos.

Nesses termos, não deveria fazer diferença se fulano ou beltrano esteja à frente do BC, até porque seus nove diretores votam o que lhes cabe decidir, como a taxa Selic, sem subordinação hierárquica.

Não menos importante é entender que a política monetária envolve um movimento coletivo que começa no CMN, portanto, no gabinete do presidente da República, passa pelo BC e se completa com os bancos e gestores de fundos que carregam os títulos de dívida do Tesouro Nacional. A Selic é o fio condutor da curva de juros das emissões do Tesouro em diferentes prazos, curtos e longos.

Os recursos aplicados por meio de bancos e fundos vêm de empresas e de pessoas, daqui e do exterior, de modo que o equilíbrio entre essa miríade de interesses deve ser buscado pelo BC, pilotando sua mesa de títulos e moedas, e do Tesouro, o ente executor do que o governo indica e o Congresso aprova ou não na lei orçamentária.

E o que ambos têm feito? Criam gastos e expandem os existentes, o que obriga o Tesouro a se endividar, e o ministro da Fazenda, a ir buscar na Receita Federal algo mais para fechar a conta. Difícil.

## Só com impostos, não resolve

A ideia subjacente ao entrevero da Selic é o muro encontrado pelo ministro Haddad no Congresso para continuar tributando os dinheiros aplicados em fundos e aparando desonerações tributárias.

O empresariado atingido por tais ações também indicou disposição de partir para a briga, levando o Congresso, e possivelmente, mais à frente, o Judiciário, a tirar o apoio ao ajuste com aumento de impostos, preservando as colunas de despesas do orçamento federal. O ministro tentou levar essa agenda ao presidente. A resposta veio no ataque aos juros altos, que também enfatizam o empresariado.

Só que, como de hábito, faz-se calor sem luz, simplifica-se o que é complexo, como se troca de guarda no BC fosse resolver a parada. Não vai. A realidade é mais complicada. Desde 1987, um ano antes de a Constituição ser promulgada, até os últimos quatro anos, o naco da Previdência, assistência social e folha do funcionalismo saltou de 45% do total do orçamento federal para 80%, e cresceu. Na outra ponta, o dinheiro para infraestrutura, educação, saúde e custeios do setor público desabou de 55% para menos de 20%.

Na primeira parte, previdência pulou de 19,2% para mais de 52% da lei orçamentária. Na segunda parte, o investimento público cedeu de 16% do orçamento, ou seja, dos impostos recebidos, para 2%. Não pode dar certo. E não se resolve só expandindo a carga tributária.

## Falta balanço para crescer

Os números dos balanços público e privado indicam que não há mais espaço para repetir o status quo da governança da economia. Nem se vai desinflar o dólar, que fechou a semana em irreal R\$ 5,59 (R\$ 1 acima da taxa mais compatível com a saúde das contas externas), metendo bronca nos bancos, nos especuladores, no passado etc.

Fato é que a trajetória do deficit da Previdência pública e INSS é insustentável no tempo, os pisos da saúde e educação indexados à evolução da receita também distorcem a prioridade dada hoje pela demografia (cuja tendência é de redução relativa de jovens).

O BC é peça passiva nessa tendência, mas será ativa se procurar meios menos onerosos de conduzir a inflação à meta, além do giro da dívida e de sua tendência (função de menos gastos), por meio de uma ação pactuada com os carregadores do papelório do Tesouro.

Esses são caminhos mais eficientes. É de interesse das empresas, dos bancos e investidores resolver as prioridades. O endividamento privado é enorme. Há mais de R\$ 600 bilhões de papéis a vencer de devedores já em segunda repactuação. As construtoras e fundos que investem em infra estão sem balanço para novas investidas, razão de as licitações estarem atraindo de um a dois concorrentes.

Para tudo há solução, mas com calma e expertise. Na boca dura é que não funciona.